



COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DESCENTRALIZAÇÃO,
PODER LOCAL E HABITAÇÃO
XIII Legislatura - 3.ª Sessão Legislativa

REUNIÃO DE 24 DE JANEIRO DE 2018

INFORMAÇÃO

Sobre a discussão dos Projetos de Resolução [n.º 982/XIII/3.ª \(PCP\)](#) – Reabilitação dos agrupamentos habitacionais designados por ILHAS na Cidade do Porto e [n.º 1258/XIII/3.ª \(BE\)](#) – Pela manutenção das “Ilhas” do Porto como resposta habitacional e com taxas de esforço reduzidas

I. Os referidos Projetos de Resolução foram discutidos ao abrigo do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República, em reunião da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação (CAOTDPLH) realizada em 24 de janeiro de 2018. Esta discussão **foi gravada em áudio**, dando-se o seu conteúdo aqui por reproduzido, fazendo parte integrante da presente informação.

II. O Deputado **Jorge Machado (PCP)** apresentou o Projeto de Resolução n.º 982/XIII/3.ª – *Reabilitação dos agrupamentos habitacionais designados por ILHAS na Cidade do Porto*, que visa recomendar ao Governo que:

- 1- Considere a urgente necessidade de proceder à requalificação das “Ilhas” da cidade do Porto, garantindo as necessárias condições de habitabilidade e salubridade e permitindo a utilização de espaços hoje totalmente degradados para a realização de realojamentos e, ou, arrendamentos por valores acessíveis;*
- 2 – Proceda, de forma a protocolar com o município do Porto, ao levantamento da situação atual das “Ilhas” existentes, das famílias que as ocupam, das condições de segurança estrutural, de habitabilidade e de salubridade dos fogos ocupados;*
- 3 – Proceda, de forma a protocolar com o município do Porto e com os proprietários, ao estudo de reabilitação urbanística das “Ilhas”, prevendo a renovação de fogos agora em condições inabitáveis ou de grande carência de equipamentos e a sua utilização no regime de renda apoiada, sendo propriedade municipal, ou de renda acessível, sendo propriedade privada, prevendo-se ainda a instalação de espaços e serviços de apoio à população, tais como lavandaria, salas de convívio e outros;*
- 4– Garanta aos atuais inquilinos e seus descendentes diretos a permanência nas habitações;*
- 5 – Garanta, em todo o processo, a audição e participação dos moradores;*
- 6- Garanta o financiamento pelo Estado, de modo a concretizar as medidas para a reabilitação das “Ilhas” e para assegurar o direito à habitação e à proteção social das famílias que nelas habitam, usando como forma de financiamento, no que aos proprietários privados diz respeito, o respeito pelos programas e fundos de reabilitação urbana nas situações que se mostrem mais vantajosas;*
- 7 – Crie uma equipa permanente de acompanhamento da “Reabilitação das Ilhas do Porto”, integrando membros do IHRU, da Segurança Social, do Município do Porto, das respetivas Freguesias e dos Moradores que deverá*



**C COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DESCENTRALIZAÇÃO, PODER
LOCAL E HABITACÃO**

XIII Legislatura 3.ª Sessão Legislativa

apresentar, anualmente, um relatório à Assembleia da República e aos órgãos autárquicos envolvidos.

Registando como positiva a iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE sobre a mesma matéria, o Deputado abordou o contexto histórico subjacente às “Ilhas” da Cidade do Porto, partilhou os recentes dados sobre o n.º de “Ilhas” existentes e de agregados habitacionais envolvidos e alertou para as crescentes necessidades habitacionais nos grandes núcleos urbanos face aos fenómenos atualmente dominantes da especulação imobiliária e do turismo. Referindo-se à precariedade das condições de habitabilidade das Ilhas, evidenciou a necessidade de se fazer face a um problema habitacional que afeta um conjunto de freguesias da cidade do Porto e alertou para as consequências da crescente descaracterização das cidades, designadamente, para o turismo.

De seguida, a Deputada **Maria Manuel Rola (BE)** apresentou o Projeto de Resolução n.º 1258/XIII/3.^a – *Pela manutenção das “Ilhas” do Porto como resposta habitacional e com taxas de esforço reduzidas*, que visa recomendar ao Governo:

- 1. Prever instrumentos legais específicos para, aproveitando as características muito próprias das “ilhas” do Porto, se possam efetivamente reabilitar estas habitações, assegurando a manutenção dos atuais residentes, correspondendo às necessidades de habitação de longa duração da cidade com taxas de esforço reduzida para os novos residentes destes locais;*
- 2. Que o IHRU em articulação com o Município do Porto, desenvolva uma campanha de divulgação junto dos proprietários, inquilinos e potenciais inquilinos das “ilhas”, para facultar informação sobre os instrumentos disponíveis para reabilitação e subsequente disponibilização para arrendamento de longa duração.*

No âmbito da sua intervenção, a Deputada alertou para os recentes dados disponibilizados no site da Domus Social bem como os resultantes do levantamento solicitado pelo HRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana a respeito do número de agregados familiares em situação de carência habitacional na cidade do Porto, assim como para a falta de condições mínimas de habitabilidade das “Ilhas” e as recentes informações acerca da respetiva aquisição por parte de fundos imobiliários com a intenção de proceder à sua afetação à atividade de alojamento local, concluindo pela necessidade de aprovação de enquadramento legal que possibilite a sua reabilitação.

III. Iniciada a discussão, intervieram, sucessivamente, os Senhores Deputados **Helena Roseta (PS)**, **Berta Cabral (PSD)** e **Álvaro Castelo Branco (CDS/PP)**.

A Senhora Deputada **Helena Roseta (PS)** salientou a importância da matéria tratada nos projetos de resolução em discussão, evidenciando a necessidade de ser tida em conta a diversidade das situações e lembrando que o Centro Histórico do Porto, no qual se localizam algumas das “Ilhas” do Porto, foi classificado como Património Mundial da



**C COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DESCENTRALIZAÇÃO, PODER
LOCAL E HABITACÃO**

XIII Legislatura 3.ª Sessão Legislativa

UNESCO. Adicionalmente, foi referida a necessidade de uma perceção concreta do estado em que se encontram as construções e ainda das respetivas dimensões, tendo em vista apurar se são passíveis de reabilitação e se são suscetíveis de propiciar habitações de dimensão adequada nos moldes previstos na Constituição da República Portuguesa. Por fim, fez referência atribuição, em determinadas circunstâncias, de direitos legais de preferência, instrumentos cuja aplicabilidade importará apreciar.

A Senhora Deputada **Berta Cabral** (PSD) também manifestou o reconhecimento, por parte do GP do PSD, da importância da matéria aqui abordada, salientando a importância da promoção de um tratamento diferenciado das situações em função das respetivas características, designadamente, do facto de estarem em causa proprietários públicos ou privados, uma vez que, pese embora seja consensual a necessidade de garantir condições mínimas de salubridade e habitabilidade, tal não poderá ocorrer contra a vontade dos proprietários e a iniciativa privada, cujos direitos são, também, constitucionalmente protegidos. O GP PSD considera que a criação de condições de habitabilidade deve, efetivamente, ser uma prioridade, com recurso preferencial aos fundos comunitários bem como a incentivos fiscais ou financeiros por forma a garantir a viabilidade das intervenções e a sua compatibilidade com taxas de esforço exequíveis para os respetivos inquilinos.

O Deputado **Álvaro Castello Branco** (CDS-PP) esclareceu que apenas 3 das Ilhas do Porto são municipais, estando as mesmas reabilitadas ou em vias de reabilitação, motivo pelo qual a questão se coloca com mais premência ao nível das habitações detidas por privados.

No seguimento das intervenções, os Senhores Deputados representantes dos Grupos Parlamentares proponentes tomaram, por fim, a palavra, reagindo aos comentários formulados. O Deputado **Jorge Machado** (PCP), manifestando a sua concordância com o facto de as situações serem assimétricas, salientou, de seguida, que sendo a propriedade privada um direito com proteção constitucional, também o direito à habitação se encontra constitucionalmente consagrado, pelo que importará também salvaguardar a sua proteção. A Deputada **Maria Manuel Rola** (BE) concluiu, referindo que importará aprofundar de que forma poderá uma classificação das “Ilhas” do Porto como património cultural apoiar o propósito de proteção adequada do direito à habitação, o mesmo devendo ser referido no que toca ao eventual exercício do direito de preferência (salientando que o mesmo não será acionável em casos que se encontrem fora da área delimitada como de reabilitação urbana).

IV – Conclusão

Os Projetos de Resolução n.º 982/XIII/3.ª (PCP) – Reabilitação dos agrupamentos habitacionais designados por ILHAS na Cidade do Porto e n.º 1258/XIII/3.ª (BE) – Pela manutenção das “Ilhas” do Porto como resposta habitacional e com taxas de esforço



**C COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DESCENTRALIZAÇÃO, PODER
LOCAL E HABITACÃO**

XIII Legislatura 3.^a Sessão Legislativa

reduzidas encontram-se em condições de poderem ser agendados, para votação, em reunião plenária da Assembleia da República.

O Presidente da Comissão,

(Pedro Soares)